

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Reta final no cargo vira 'palanque' para ministros 15

Correio Braziliense

Título: O mais cotado II 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Bilhões que fazem falta 2

Título: Ibama suspende licença de mineroduto 2

Título: Oásis de emprego 3

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 4

Título: Petrobras avalia venda de 25% do refino 4

Título: Petróleo dos EUA se espalha pelo mercado mundial 6

Título: Brasil perderia R\$ 1,1 bilhão com taxa ao aço 7

Título: Livro defende inovação para ampliar o uso de fonte solar 10

Título: Mineradora registra segundo vazamento em menos de um mês em MG 12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 14

Título: Penduricalhos fazem consumidor pagar mais R\$ 4 bi na conta de luz 14

Título: Reta final no cargo vira 'palanque' para ministros 15

Título: Aneel não fiscaliza subsídios, afirma TCU 17

VEÍCULO: Correio Braziliense 18

Título: O mais cotado II 18

Título: Ibama manda parar mineroduto em Minas 18

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Bilhões que fazem falta**

Este leilão de blocos de petróleo da ANP surpreendeu e rendeu mais de R\$ 8 bilhões. O que se diz entre uma e outra plataforma de petróleo é que, se o TCU não tivesse tirado os blocos mais caros do leilão, o resultado seria superior a R\$ 15 bilhões. O Tesouro agradecerá ainda mais, pois somente os R\$ 8 bilhões arrecadados já representam 5% de todo o déficit deste ano.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Ibama suspende licença de mineroduto**

Decisão foi tomada após novo rompimento de mais de 500 toneladas de polpa de minério.

O Ibama suspendeu ontem a licença ambiental do mineroduto Minas-Rio, da Anglo American, após um novo rompimento atingir uma fazenda e o Ribeirão Santo Antônio, na Zona da mata mineira. Este é o segundo rompimento no município de Santo Antônio do Gramma em menos de 20 dias.

De acordo com o Ibama, além de 174 toneladas de polpa de minério que foram despejadas no curso d'água, 470 toneladas atingiram áreas do entorno. Cerca de 174 toneladas caíram no córrego Santo Antônio, o mesmo (do acidente) anterior. (...) Parte do minério ultrapassou o córrego e atingiu uma fazenda vizinha. (...) É uma área pequena, mas que a gente vai recuperar — disse o presidente da mineradora, Ruben Fernandes.

EMPRESA DÁ FÉRIAS COLETIVAS

O primeiro rompimento aconteceu no dia 12 de março, durou cerca de 45 minutos e despejou 300 toneladas de polpa no ribeirão. Na manhã de ontem, a Anglo American anunciou férias coletivas e a suspensão das atividades. Segundo Fernandes, as férias coletivas incluirão a mina e a planta de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro, na Região Central de Minas.

Ainda não há definição de quantos empregados — do total de cerca de 2,5 mil — serão impactados. Ele disse ainda que a empresa espera voltar a operar em

cerca de 30 dias. O presidente também informou que a empresa fará uma inspeção pelos 529 quilômetros do mineroduto Minas-Rio.

De acordo com Fernandes, as trincas que provocaram os dois vazamentos de polpa de minério foram em peças diferentes da tubulação do mineroduto. O rompimento de ontem foi a cerca de 400 metros do primeiro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa

Título: Oásis de emprego

Indústria diversificada e agricultura explicam sucesso das cidades que mais criaram vagas em 2017

A recente recuperação do mercado de trabalho brasileiro ainda não chegou aos empregos formais. Como informou o IBGE esta semana, o número de trabalhadores com carteira assinada ficou em 33,1 milhões em fevereiro — o menor patamar dos últimos seis anos. Em 2017, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho registraram o fechamento de 20 mil vagas formais. Mas algumas cidades do país foram na contramão da tendência nacional. Levantamento do Ibre/FGV com base no Caged mostra que em 54% dos municípios brasileiros o número de vagas formais abertas superou o de demissões. E as três cidades que mais geraram emprego foram Joinville (SC), com a criação de 5.467 novos postos; Bebedouro (SP), com 4.109; e Aparecida de Goiânia (GO), com 3.801. Em comum, esses municípios têm indústrias consolidadas, exportadoras, de segmentos que foram menos afetados pela recessão ou que tiveram a ajuda do campo a agropecuária foi a atividade que mais cresceu em 2017. (...)

PETRÓLEO DEVE AJUDAR ESTADO DO RIO ESTE ANO

Na ponta oposta, além da capital, as cidades fluminenses que mais fecharam vagas foram Macaé (-8.941) e Duque de Caxias (-8.534). Bruno Ottoni, economista do Ibre/FGV, diz que, para 2018, a tendência é que menos cidades do Estado do Rio figurem no ranking das piores empregadoras, devido ao preço mais alto do barril de petróleo — atualmente está em US\$ 69 — commodity importantíssima para a economia fluminense: — As perspectivas são melhores por razões externas. Com o preço do petróleo mais alto, o efeito será positivo inclusive sobre a situação das contas públicas estaduais. E com o governo federal acenando com a possibilidade de empréstimos, há esperança de que a questão da segurança melhore, o que também afetaria positivamente a economia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona e Eduardo Sodré****Título: Petrobras avalia venda de 25% do refino**

Estatat finaliza modelo de desinvestimento em refinarias do país

Em fase final de elaboração, o modelo de venda de fatias em refinarias da Petrobras prevê a transferência para parceiros de cerca de 25% da capacidade brasileira de refino.

A ideia é oferecer ao mercado participação em dois grandes blocos regionais, no Sul e no Nordeste, cada um com duas refinarias, terminais e dutos de transporte.

Oficialmente, a Petrobras diz que ainda não definiu o modelo, mas a Folha apurou que o desenho final seria apresentado na empresa em reunião marcada para a semana que vem. O encontro foi adiado e a expectativa é que o processo seja concluído nas próximas semanas.

Um dos pontos ainda em discussão é o tamanho das participações à venda. Tem mais força a ideia de transferir fatias majoritárias em cada um dos blocos, com o argumento de que, para mitigar os riscos de novos controles de preços dos combustíveis, os investidores precisam ter autonomia para definir suas políticas comerciais.

As refinarias à venda representam 37% da capacidade de refino do país. O objetivo da Petrobras é manter ao menos 75% dessa capacidade, com controle dos ativos dos blocos São Paulo/Centro-Oeste, o maior do país, Norte e Rio/Minas Gerais.

O modelo em negociação é batizado internamente de Projeto Poetas e envolve atividades onde trabalham hoje cerca de 6.500 empregados da Petrobras e de sua subsidiária Transpetro.

No Nordeste, o projeto é chamado de Bandeira e prevê uma nova empresa reunindo as refinarias Landulpho Alves, na Bahia, e Abreu e Lima, em Pernambuco, além de cinco terminais e dez dutos de movimentação de petróleo e derivados.

No Sul, o projeto Quintana transfere para nova empresa as refinarias Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, e Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, além de sete terminais e nove dutos.

A companhia deve incentivar parte do efetivo a se transferir às novas empresas de refino. Outros poderão ser transferidos para outras atividades da estatal.

A Petrobras chegou a programar o lançamento dos prospectos de venda de refinarias para maio de 2017, mas recuou diante de dúvidas internas sobre o modelo.

A redução da presença da estatal no setor de refino foi tentada pela primeira vez durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mas suspensa após forte resistência dos trabalhadores.

Em 2000, a Petrobras chegou a transferir à argentina Repsol 30% da Refinaria Alberto Pasqualini, como parte de um acordo de processo de troca de ativos.

Mas em 2010 a fatia foi comprada de volta, diante da insatisfação da sócia com perdas provocadas pelo represamento nos preços.

DESISTÊNCIA

A Folha apurou que a Petrobras deve desistir de incluir no processo atual um bloco Rio/Minas Gerais, que vinha sendo estudado inicialmente, diante da necessidade de negociações tributárias com o governo fluminense.

A venda de participações em refino é um dos processos com maior potencial de arrecadação do plano de desinvestimentos da Petrobras. O mercado, porém, ainda desconfia da atratividade dos ativos, diante do histórico de defasagens nos preços.

Até agora, a Petrobras recebeu em seu caixa US\$ 11,5 bilhões com a venda de ativos. A meta da companhia é vender US\$ 34,6 bilhões até o fim do ano.

No momento, a estatal negocia 107 campos de petróleo, o negócio de distribuição de combustíveis no Paraguai, unidades de fertilizantes e biocombustíveis, operações na África, a refinaria de Pasadena e a malha de gasodutos do Nordeste.

Procurada, a estatal informou que "não há decisão sobre o modelo de parcerias e desinvestimentos em refino por parte de sua Diretoria Executiva ou de seu Conselho de Administração".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Juliette Michel****Título: Petróleo dos EUA se espalha pelo mercado mundial**

País não tem refinarias projetadas para processar variedade de xisto betuminoso.

Graças ao aumento de sua produção petroleira, os Estados Unidos agora estão exportando petróleo ao mundo inteiro, o que impulsiona uma revisão da infraestrutura em seu território e permite que o país dê as cartas no mercado mundial.

Com extração superior a 10 milhões de barris diários, os Estados Unidos se converteram no segundo maior produtor mundial de petróleo cru, atrás da Rússia e à frente da Arábia Saudita --um apogeu relacionado a novas técnicas que permitem extrair a custo mais baixo o petróleo do xisto betuminoso.

Diante dessa explosão na produção, os Estados Unidos suspenderam no fim de 2015 uma proibição à exportação de petróleo cru que vigorava desde 1975. A oportunidade foi aproveitada de imediato: em 2017, empresas americanas exportaram em média 1,1 milhão de barris de petróleo ao dia para 37 países.

A China se converteu no segundo maior cliente dos Estados Unidos.

As importações americanas caíam bruscamente, enquanto isso, e nos 10 últimos anos se reduziram de dez milhões para oito milhões de barris ao dia.

Mas, mesmo que a produção americana continue em alta forte, o país não deixará de comprar petróleo estrangeiro, em curto prazo.

A grande maioria das refinarias americanas não foram projetadas para processar petróleo de xisto betuminoso. Foram construídas para refinar petróleo pesado, como por exemplo o extraído no Canadá, Venezuela ou México.

"Já que são precisos de cinco a sete anos para construir uma refinaria, não há como promover uma mudança da noite para o dia", disse Harry Tchilinguirian, especialista em mercados petroleiros do banco BNP Paribas.

"Os Estados Unidos não têm como se tornarem completamente independentes do petróleo estrangeiro", disse Tchilinguirian.

"A ideia de uma era dourada do setor de energia americano, defendida por Donald Trump, não é só a de reduzir a dependência, mas estimular o setor de energia a se projetar ao exterior."

INVESTIMENTOS

Para isso, as empresas americanas estão construindo oleodutos e terminais a fim de enviar seu petróleo leve ao mundo.

Para John Coleman, da consultoria de energia Wood Mackenzie, a Europa é o destino mais lógico, pelo menos até 2022. "As refinarias europeias são mais compatíveis com o petróleo cru leve dos Estados Unidos, e os custos de transporte são menores", ele explica.

Mesmo assim, a demanda também pode desaparecer nos próximos anos.

Se os Estados Unidos se organizarem para manter um preço suficientemente competitivo, que venha a compensar o tempo e o custo adicionais de transporte, poderia encaminhar suas exportações à Ásia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Brasil perderia R\$ 1,1 bilhão com taxa ao aço

Ipea mostra que medida de Trump levaria a queda de 1,2% no nível de atividade do setor do país.

A aplicação pelos americanos de uma sobretaxa ao aço importado afetaria pelo menos 13% das vendas externas do insumo brasileiro e causaria perdas de US\$ 350 milhões (cerca de R\$ 1,1 bilhão) em relação ao volume exportado em 2017.

Os dados são de estudo inédito do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), obtido pela Folha.

A medida anunciada pelo presidente Donald Trump levaria ainda a uma queda de 1,2% no nível de atividade no setor brasileiro e afetaria em especial a produção do aço semimanufaturado --as chapas usadas pela indústria automotiva, por exemplo.

O estudo considera os efeitos integrais da medida anunciada pelos EUA no início de março, que determina tarifa de 25% sobre as importações americanas do produto.

Após divulgar a medida, o governo Trump suspendeu seus efeitos até 30 de abril para negociações com um grupo de países, entre os quais o Brasil. Hoje a taxa é de 0,9%.

Além do Brasil, os mais afetados são Japão, China e países da União Europeia, como a Alemanha. Canadá e México ficaram livres e a Coreia do Sul caminha para chegar a um acordo com os EUA.

Para calcular o impacto da sobretaxa para o Brasil, o autor da nota técnica e coordenador de Relações Econômicas Internacionais do Ipea, Fernando Ribeiro, levou em conta não apenas o total de aço exportado pelo Brasil aos americanos, mas também o quanto essas vendas representam na produção doméstica, além do mix de produtos exportados.

As exportações de aço do Brasil aos americanos somaram US\$ 2,63 bilhões em 2017.

O valor representou 33% de todo o aço exportado pelo Brasil no mesmo ano.

O pico das vendas aos americanos, no entanto, foi registrado em 2014. Naquele ano, US\$ 2,98 bilhões foram vendidos aos EUA, ou 44% das vendas totais do produto.

No valor da produção doméstica, diz Ribeiro, as exportações de aço para os EUA tinham participação de quase 10%. Como medida de comparação, toda a exportação de aço brasileira corresponde a 22% da produção local do produto.

Outro ponto destacado pelo estudo se refere ao mix de produtos exportados pelo Brasil. A medida americana afeta laminados planos, barras, fios e perfis, tubos, semimanufaturados e aço inoxidável. Os semimanufaturados têm destaque absoluto em tudo aquilo que vai para os americanos.

Do total vendido pelo Brasil para os EUA, 70% são de aço semimanufaturado, usado em especial pela indústria automotiva. Nas vendas externas totais de aço, essa fatia é um pouco menor (50%).

Concretizada a sobretaxa anunciada pelos EUA, diz Ribeiro, a medida pode ter um impacto significativo sobretudo nas indústrias locais produtoras de semimanufaturados de aço.

EFEITO MAIOR

O efeito da sobretaxa americana sobre as exportações brasileiras poderia, no entanto, ser duas vezes maior.

Isso ocorreria num cenário de estresse, no qual outros países relevantes para as importações de aço americanas conseguiriam, via acordos bilaterais, ficar de fora das medidas.

Único atingido, o Brasil perderia mercado para os outros concorrentes, como Japão e Alemanha-- além de Canadá e México, hoje já excluídos da sobretaxa.

Nesse caso, a queda das exportações do setor de aço brasileiro poderia chegar a 26% ou o equivalente a US\$ 700 milhões (R\$ 2,3 bilhões), tendo como base o que foi exportado em 2017, diz Ribeiro.

Já a atividade industrial no setor teria queda de 2,6%.

"Mas é menos provável que só o Brasil fique sujeito às medidas", diz o pesquisador do Ipea, para quem o impacto deve ficar mais próximo de US\$ 350 milhões.

As medidas anunciadas pelo governo Trump também estabeleceram tarifa de 10% sobre as importações de alumínio. Os efeitos disso sobre as vendas externas brasileiras não seriam relevantes.

Segundo Ribeiro, as exportações brasileiras para os EUA de alumínio somaram US\$ 61,8 milhões em 2017, ou 11% do total de alumínio exportado pelo Brasil.

Na produção nacional, aponta o estudo, as exportações dos produtos de alumínio para americanos têm uma participação quase insignificante.

No caso do aço, diz Ribeiro, é curioso que, a despeito das reclamações dos americanos, não haveria como argumentar que os EUA estão sendo prejudicados por um surto de importações.

As compras de aço dos EUA oscilaram na faixa de US\$ 30 bilhões ao ano entre 2015 e 2017, após atingir o recorde de US\$ 41 bilhões em 2014. O país responde por 9% das importações mundiais.

O emprego do setor de fato caiu, mas em razão de ajustes feitos pelas empresas.

ACORDO CONJUNTO

Em meio à decisão do governo americano de elevar as tarifas do aço, a melhor opção para o Brasil seria aderir à negociação conjunta com outros países, ainda que fora dos domínios da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Para Fernando Ribeiro, pesquisador do Ipea, a estratégia americana é enfraquecer a OMC, forçando acordos bilaterais.

Por isso, o governo suspendeu a sobretaxa de 25% até o dia 30 de abril para alguns países como o Brasil.

Outro sinal dessa tática seria o entendimento recente da Coreia do Sul com os Estados Unidos.

O Brasil vai ter de fazer concessões, a mais óbvia no setor de etanol. Mas uma abertura maior do setor automotivo não estaria excluída. "A OMC não é opção no momento. A China é o principal alvo, mas a estratégia é mais ampla", diz Ribeiro, que antevê chances de guerra comercial global.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Ed Crooks / Reuters

Título: Livro defende inovação para ampliar o uso de fonte solar

Limitações tecnológicas podem levar a beco sem saída, escreve autor.

Conjunto de painéis solares em deserto na Califórnia (EUA); autor defende mais verba governamental para pesquisa -

Há algo de ligeiramente mágico na energia solar. A maioria dos métodos de geração de eletricidade recorre a equipamento rotativo, imãs e bobinas para induzir uma corrente. Os painéis solares geram eletricidade sem precisar de partes móveis.

Por décadas, parecia que a esotérica ciência do efeito fotovoltaico teria aplicação limitada para usos especializados, como acontece nos satélites. Mas os painéis solares atuais são um produto para o mercado de massa e estão se espalhando pelos telhados de lojas e casas e florescendo em grandes centrais de geração de energia.

Varun Sivaram, que pesquisa sobre ciência e tecnologia no Conselho de Relações Exteriores, em Nova York, estudou a revolução solar e o que viu tanto o entusiasmou quanto o preocupou.

Ele escreve que a energia solar pode ter um futuro brilhante, e que talvez atenda à maior parte da demanda mundial por eletricidade, antes do fim do século. Mas também alerta para o fato de que seu desenvolvimento pode

chegar a um beco sem saída, por causa de tecnologias falhas que limitarão seu crescimento.

Seu livro "Taming the Sun" (Domando o sol) é tanto o melhor panorama disponível quanto à situação atual do setor quanto um plano de rota sobre como ele pode buscar um futuro mais brilhante.

Os escritores que tratam da energia renovável tendem a recair em duas categorias: os interessados em desmascarar um setor que veem como grande trapaça e os visionários que descrevem um futuro deslumbrante, mas são vagos quanto aos detalhes de como chegar lá.

Sivaram diz que desejava oferecer uma visão "equilibrada", e foi o que ele fez em seu estudo detalhado sobre as promessas e os percalços da energia solar.

É difícil resistir ao seu argumento de que apenas a inovação permitirá realizar todo o potencial dela.

O setor floresceu nos últimos dez anos como resultado de apoio governamental e de uma queda de custos que o tornou competitivo contra os combustíveis fósseis.

O que tornou possível esse progresso não foi uma ruptura tecnológica --células de silício estão em uso desde a década de 1950--, mas sim a fabricação em alto volume, especialmente na China, que fez o setor se beneficiar de economia de escala.

Sivaram teme que, na década de 2030, os painéis solares em sua configuração atual atinjam limites econômicos e técnicos.

INOVAÇÃO

A solução que ele defende é a inovação, nas redes de eletricidade, nas estruturas financeiras e na tecnologia solar.

Os verdadeiros heróis do livro emergem apenas na metade do texto, quando ele nos apresenta à perovskita --um mineral cristalino que é "o líder incontestado" entre as tecnologias solares emergentes-- e a outras ideias para alternativas superiores aos painéis de silício que se tornaram o padrão do mercado.

Não se pode confiar apenas no setor de capital para empreendimentos como fonte do apoio de que essas novas tecnologias precisam, escreve Sivaram. "A maior prioridade do governo dos EUA deveria ser elevar dramaticamente as verbas para pesquisa e desenvolvimento para tecnologias solares inovadoras."

Essa recomendação acarreta o risco de fazer da busca da perfeição um obstáculo no caminho do viável.

Ele descreve um decepcionante voo de helicóptero por sobre um vasto complexo de painéis solares no deserto de Mojave (Califórnia), quando percebeu que não havia maneira de colocar em operação as inovadoras células em que trabalhava em seu laboratório em Oxford com a rapidez e a escala necessárias.

Os painéis de silício podem não ser ideais, mas são abundantes e baratos. A história da Solyndra, companhia californiana que propunha uma tecnologia solar inovadora, recebeu apoio do governo Obama, mas terminou por se provar um fiasco comercial e de engenharia, é um exemplo das dificuldades que um governo enfrenta para apoiar a inovação.

"Taming the Sun" oferece um alerta importante sobre os riscos que o setor enfrentará se persistir no mesmo caminho. Quem deseja compreender como a transição dos combustíveis fósseis para a energia renovável pode acontecer deveria ficar atento à hipótese de Sivaram.

Tradução de PAULO MIGLIACCI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Saúde

Autor: Martha Alves SÃO PAULO e Luisa Leite RIO DE JANEIRO

Título: Mineradora registra segundo vazamento em menos de um mês em MG

Uma tubulação de mineroduto se rompeu no dia 12 de março e despejou minério de ferro em um rio.

A mineradora Anglo American anunciou novo vazamento de mineroduto em Santo Antônio do Grama (230 km de Belo Horizonte), na noite desta quinta-feira (29). Este é o segundo vazamento registrado em menos de um mês na mesma cidade.

O vazamento ocorreu dois dias após o retorno da operação normal da mineradora, interrompida no dia 12 de março após o primeiro acidente, quando 300 toneladas de minério atingiram o rio e interromperam o fornecimento de água na cidade.

Desta vez, houve um vazamento de 174 toneladas de polpa de minério de ferro, que durou entre cinco e oito minutos e foi estancado, segundo a mineradora. O produto atingiu o ribeirão Santo Antônio do Grama. Não houve feridos.

A Anglo American informou que as operações da mineradora estão paralisadas e as autoridades e órgãos competentes foram avisados imediatamente após a identificação do vazamento.

O abastecimento de água em Santo Antônio do Grama não foi interrompido como da primeira vez porque agora a captação é feita no Rio Salgado.

Na noite de quinta, o Ibama suspendeu a operação da empresa, que poderá solicitar ao órgão a retomada das atividades após passar por uma inspeção. Para isso, ela precisará apresentar ao Ibama um laudo técnico atestando que as estruturas do mineroduto possuem condições de integridade e segurança.

A empresa tem um prazo de 48 horas, iniciadas na noite de quinta, para apresentar um laudo ao Ibama descrevendo os danos provocados pelo vazamento e as medidas de mitigação, controle e reparação que serão tomadas.

De acordo com a empresa, as atividades devem ficar paralisadas por cerca de um mês enquanto são realizados os testes de segurança necessários no mineroduto, que percorre 529 quilômetros entre Conceição do Mato Dentro, em Minas, até o porto do Açú, no Rio de Janeiro.

Neste período, parte dos funcionários entrarão em férias coletivas.

Em entrevista coletiva concedida em Belo Horizonte, o presidente da Anglo American, Rubens Fernandes, afirmou que no momento do acidente o mineroduto não operava em sua capacidade total, pois havia retomado as atividades havia apenas dois dias.

De acordo com Fernandes, a segunda ocorrência tornará o plano de inspeção mais minucioso, com rastreamento de toda a extensão da estrutura da tubulação com um ultrassom.

Em nota, a assessoria da empresa afirmou que os impactos do evento são “100% mitigáveis” e que uma equipe de mais de 200 pessoas trabalha na retirada da polpa de minério da calha do rio e de suas margens.

PRIMEIRO VAZAMENTO

Um mineroduto se rompeu no dia 12 de março na zona rural de Santo Antônio do Grama, derramando 300 toneladas de polpa de minério no ribeirão Santo Antônio.

Segundo a Anglo American, o despejo de polpa de minério de ferro no rio durou 25 minutos -depois disso somente água foi bombeada na tubulação por cerca de 11 horas.

Segundo informações preliminares da Promotoria, houve o vazamento de 450 m³ de minério durante 45 minutos. No ribeirão afetado, o nível de turbidez aumenta de 75,1 NTU (unidade de turbidez) em local anterior ao vazamento para 837 NTU em ponto posterior.

O Ministério Público Federal instaurou um inquérito civil para investigar as causas do rompimento e os responsáveis. Foram solicitadas informações ao Ibama, à Copasa (estatal de fornecimento de água) e à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.

O Ministério Público de Minas Gerais, ajuizou uma ação civil contra a Anglo American pedindo o bloqueio de R\$ 10 milhões da mineradora para garantir a reparação e indenização dos danos sociais e ambientais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Penduricalhos fazem consumidor pagar mais R\$ 4 bi na conta de luz

Orçamento paralelo. Relatório do TCU diz que estão embutidas nas faturas subsídios rurais, financiamentos de programas de irrigação e aquicultura e subsídios de empresas de água, esgoto e saneamento; consumidor não é informado dessas despesas na conta

O consumidor de energia tem desembolsado bilhões de reais todos os anos para bancar, por meio de sua conta de luz, programas públicos que não têm nenhuma relação com o setor elétrico e que sequer são fiscalizados pelo governo. A lista de penduricalhos cobrados na conta de luz inclui desde ações para beneficiar produtores rurais em atividades de irrigação e criação de peixes até subsídios concedidos a prestadores de serviços públicos de água, esgoto e saneamento.

Só no ano passado, essa conta paralela chegou a R\$ 4 bilhões. Nos últimos cinco anos, consumiu mais de R\$ 17,5 bilhões. O Estado teve acesso exclusivo a um relatório de auditoria, ainda em sigilo, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A corte investigou detalhes de cada encargo que o cidadão paga ao consumir energia elétrica.

O levantamento foi realizado entre janeiro e março, a partir de informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e de dez ministérios responsáveis por programas financiados pela conta de luz. Ao analisar os números, a auditoria concluiu que, em 2017, as despesas com os subsídios “rurais” chegaram a R\$ 2,6 bilhões.

Financiamentos de programas de irrigação e aquicultura ficaram com R\$ 779 milhões, enquanto ações que subsidiam programas de empresas de água, esgoto e saneamento receberam R\$ 689 milhões. As informações sobre esses programas são omitidas do consumidor. Na fatura mensal de energia, o que se vê é apenas a cobrança de “encargos”, sem a discriminação do que efetivamente é cobrado.

Esses recursos, segundo o TCU, equivalem a um quarto do total de gastos previstos na chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo que reúne recursos, pagos pelos consumidores via conta de luz, e que financia também programas como o Luz para Todos. Até 2014, o fundo era custeado pelo Tesouro Nacional, ou seja, com o dinheiro dos contribuintes. Depois, passou a ser cobrado diretamente na conta de luz, com o barateamento artificial feito em 2013 pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Ela renovou concessões de hidrelétricas e transmissoras de energia que, em contrapartida, aceitaram receber tarifas mais baixas pelo serviço prestado. Houve um barateamento artificial momentâneo, seguido de altas sucessivas. Para os auditores do TCU, ficou confirmado “o custeio indevido de alguns subsídios”, porque o governo “se utiliza indevidamente da via regulatória” para embutir na tarifa de energia elétrica ações sem relação com o setor, “configurando uma espécie de orçamento paralelo, sem as amarras que regem as finanças públicas”.

Procurada, a Aneel não respondeu até a publicação desta reportagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Carla Araújo, André Borges, Lígia Formenti, Igor Gadelha, Lu Aiko Ota

Título: Reta final no cargo vira ‘palanque’ para ministros

Pré-campanha. Titulares do governo Temer que pretendem disputar as eleições de outubro intensificam agenda oficial antes de entregar seus cargos até 7 de abril

Os ministros que deixam o governo até o dia 7 de abril para disputar as eleições tentam aproveitar os momentos finais de visibilidade no cargo agendando

eventos públicos em seus redutos eleitorais ou em Brasília, alguns com a presença do presidente Michel Temer.

De saída na reforma ministerial da próxima semana, eles usam o palanque oficial para anunciar os últimos investimentos de suas pastas e fazer balanços de gestão. Onze ministros intensificaram agendas de rua nas últimas semanas ou agendaram eventos de grande porte para marcar a saída do ministério. O presidente e o ministros negam conotação eleitoreira nas cerimônias.

Interessado em tentar disputar a reeleição em outubro, Temer chegou a dar tom de despedida a algumas cerimônias. Em três discursos, o presidente escolheu um ministro diferente para dizer que fora sua “melhor escolha”, embora considere que tenha “acertado a mosca” em todos os ministérios. O presidente planeja intensificar eventos abertos e dar sequência às viagens pelo País.

Na quinta-feira, no mesmo dia em que a Polícia Federal prendeu três de seus mais próximos aliados, Temer inaugurou o novo terminal do Aeroporto de Vitória (ES), com despedida do ministro dos Transportes, Mauricio Quintella Lessa, deputado licenciado pelo PR em Alagoas.

Na semana passada, os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Helder Barbalho (Integração Nacional), Ricardo Barros, **Fernando Coelho Filho** e Mendonça Filho pegaram carona na comitiva de Temer que foi inaugurar uma obra de irrigação em Xique-Xique (BA) e visitar o polo industrial de Goiana (PE).

Os ministros-candidatos passaram a concentrar compromissos oficiais em seus redutos, além de reforçar a destinação de verbas, desde que Temer anunciou a reforma ministerial, no fim do ano passado. A maioria dos ministros, porém, relutou em deixar o governo em dezembro e pediu ao presidente para permanecer no cargo até o início de abril.

Levantamento publicado pelo Estado, com base no portal Transferências Abertas, mostrou que sete ministros com a intenção de entrar na corrida eleitoral incrementaram o valor autorizado para projetos e obras nos seus respectivos redutos eleitorais. Em anos eleitorais, ações governamentais com mais apelo costumam ser promovidas no primeiro semestre. Isso ocorre por restrições legais.

Não são permitidos, nesse período, gastos com propaganda acima da média dos três anos anteriores. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deve ficar mais rigoroso na análise de casos de suspeitas de propaganda antecipada, segundo o Estado apurou com integrantes do tribunal. A expectativa é de que a Corte Eleitoral endureça o entendimento de propaganda antecipada.

Máquina.

Para um magistrado ouvido reservadamente pelo Estado, a movimentação de ministros faz parte do uso legítimo da máquina pública, que não pode parar – o que deve ser vedado, avalia, é o abuso de conduta que visa à extração de dividendos eleitorais, o que só ficaria mais claro quando os políticos oficializarem as candidaturas.

O ministro das Cidades, Alexandre Baldy (PP), que avalia se candidatar à reeleição como deputado por Goiás, diz que a agenda institucional é desvinculada de objetivos eleitorais. “Nós estamos acelerando essa agenda para promover investimentos, mas nada tem a ver com o calendário político-eleitoral”, afirmou o ministro, após lançar no Planalto financiamento da ordem de R\$ 1,9 bilhão com recursos do FGTS.

O ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), afirmou que percorreu o País e não só Pernambuco, Estado pelo qual deve disputar novo mandato parlamentar nas próximas eleições. “Por que devo excluir Pernambuco? Visitei praticamente todos os Estados em menos de dois anos”, disse ele.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: A.B.

Título: Aneel não fiscaliza subsídios, afirma TCU

Segundo o relatório da Corte, benefício não é fiscalizado nem pelo órgão que o administra.

A ausência de qualquer relação entre o setor elétrico e alguns programas subsidiados por meio da conta de luz não foi o único problema identificado pelos auditores do Tribunal de Contas da União (TCU). Ficou comprovado ainda que a maior parte dessas ações não é fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ou mesmo pelo órgão que administra o benefício.

Dos nove tipos de subsídios incluídos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e administrados pela agência, apenas dois têm sido controlados e fiscalizados, segundo o TCU. Nos últimos cinco anos, a Aneel fez 97 fiscalizações. Dessas, 79 ocorreram sobre os resultados atrelados à Tarifa Social de Energia Elétrica e 18 sobre o subsídio aos chamados “Sistemas Isolados”, que estão fora da malha nacional de transmissão de energia.

A respeito do **Programa Luz para Todos**, a agência informou que não possui competência legal para fiscalizar. “Conclui-se que 75% dos subsídios que estão

sob a competência da Aneel não têm sido fiscalizados. Dos 25% restantes, há várias unidades da federação, e consequentemente as distribuidoras que nelas atuam, que não têm sido fiscalizadas”, afirma o TCU.

Para medir as consequências dessa falha de acompanhamento, o tribunal analisou um caso específico, checando os beneficiários do subsídio “irrigação e aquicultura” atendidos pela Companhia Energética de Brasília (CEB), distribuidora do Distrito Federal.

Foram encontradas 167 unidades consumidoras da CEB que receberam descontos na fatura de energia elétrica em 2016 atrelados a esse subsídio. O total descontado desses usuários –mas cobrado de todo o País – foi de R\$ 3,8 milhões.

Ocorre que, a partir do cruzamento de bases de dados da CEB, da Agência Nacional de Águas (Ana) e da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico (Adasa DF), ficou constatado que metade (53%) dos beneficiários não tinha autorização de outorga do direito de uso de recursos hídricos, ou seja, não podiam retirar e usar a água, item indispensável para obter o benefício.

“Pela lógica legal e normativa, nenhum subsídio da CDE poderia ser concedido sem a competente outorga de direito de uso”, afirma o TCU. A reportagem procurou a Aneel, mas não obteve resposta.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Leonardo Cavalcanti

Título: O mais cotado II

// Antes das prisões dos amigos de Temer na Operação Skala, os ministros que deixarão a Esplanada tratavam sobre os substitutos diretamente com o presidente, como é o caso do chefe da **pasta de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, recém-filiado ao MDB, que tenta indicar um nome mais técnico, sem maior interferência do partido. Com uma eventual terceira denúncia, porém, Temer volta a dar mais atenção às legendas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor:

Título: Ibama manda parar mineroduto em Minas

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) determinou que a Anglo American interrompa imediatamente a operação do Mineroduto Minas Rio, após o empreendimento registrar o segundo acidente em menos de 20 dias.

Segundo o Ibama, dois dias após o retorno da operação paralisada em 12 de março, pelo acidente que vazou 300 toneladas de polpa de minério de ferro no município de Santo Antônio do Gramma, em Minas Gerais, a empresa voltou a poluir o município com o produto.

De acordo com a Anglo American, o vazamento durou cerca de cinco minutos e já foi estancado. Não foi informado o volume despejado no segundo acidente. O Ibama exigiu que a empresa entregue em 48 horas o laudo com a descrição dos danos provocados em decorrência do acidente e detalhamento das medidas de mitigação, controle e reparação que estão e serão efetivados pela empresa.

MME / ASCOM .